

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA CIDADÃ RECIFE

Recife, 27 de Abril de 2017.

PARTICIPANTES:

Gilvania Kardinally (Secretaria de Educação)
Maria de Lourdes (Clube de Mãe da 1º Travessa do Ibura)
Juliana Freire (Gabinete Michele Collins)
José de Oliveira (Movimento Negro Unificado/MNU)
Amadou Touré (Centro Islâmico do Recife)
Isaac Machado (Federação de Entidades do Ibura-Jordão/FIJ)
Ivan Moraes (Câmara dos Vereadores)
Sirley Vieira (Instituto Papai)
Maria do Céu (Instituto Boa Vista)

PAUTA:

1. **Pauta:** Planejamento do CMDH, prestação de contas da Secretaria Executiva de Direitos Humanos, comissão Permanente de Denúncias, Caso "Casa dos Frios".

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezessete, reuniram-se na sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, os integrantes dos órgãos supramencionados com o intuito de realizar a **NONA** reunião ordinária do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã do Recife. Inicialmente, a ata anterior foi lida e aprovada. Informes iniciais: A Conselheira Fabíola não compareceu por razão de uma reunião no COMDICA, a Vereadora Michele Collins justificou sua ausência através do Ofício nº 017/2017-GMMC-27/04/2017 por motivos de compromisso inadiável, Isaac informa que vai sair mais cedo por conta de reunião no Ministério Público, Maria do Céu comunica que tem reunião às 16h na Cultura e precisará também sair antes do término da reunião, a Secretaria da Mulher ligou dizendo que compareceria ou titular ou a suplente, mas ninguém compareceu. Paulo Moraes, após a leitura da ata, faz a descrição da pauta: Planejamento do CMDH, prestação de contas da Secretaria Executiva de Direitos Humanos, comissão Permanente de Denúncias, Caso "Casa dos Frios. José de Oliveira relata um ocorrido em Olinda, instância estadual, onde Edson foi condenado a 15 dias por suposto abuso na altura do som. José contesta a situação que

alega não se tratar do excesso de barulho, aduz que a questão é por conta da religião (candomblé). Foi protocolado procedimentos e enviados ao Ministério Público e afirma que o promotor não procedeu corretamente. Edson está nesta situação constrangedora e a determinação é de fazer acústica no barracão dele e que se for criada essa jurisprudência, muitos terreiros irão se extinguir e perder a sua identidade que é a relação com a natureza e informa que tem 6 casas passando por esse processo de perseguição. Sirley alerta que dia 28 de abril, um dia após a reunião do CMDH, acontecerá a greve geral e lembra que o Conselho deverá estar atento a respeito de arbitrariedades com os manifestantes. José sugere que se faz necessário construir uma nota detalhada, sucinta, atestando solidariedade aos trabalhadores que estão na greve e informar na imprensa que o CMDH estará de plantão. Maria do Céu, como integrante do Instituto Boa Vista, diz que apoia a greve e o conselho tem que se ater aos casos de violação de direitos e denunciar. Ela também pontua que deveria ser apenas o Ivan que Moraes o representante da Câmara dos Vereadores a compor um acento no Conselho e não a Michele Collins, pois a considera assistencialista. Diz que é uma incongruência, dizer que trabalha contra a violência à mulher e dá uma declaração que mulher tem que ser submissa. Outro ponto que a Maria do Céu enfatiza: a questão da retirada da pauta de gênero da base nacional curricular. Os conselhos de Educação vão se reunir em cada estado em relação a este pleito e o MEC jogou essa bola para os mesmos. Haverá uma reunião aqui no nosso estado e assim que souber a data, nos mandará esta informação. Paulo sugere a formação de uma comissão permanente de denuncia e que os próximos casos entrem em rodízio entre os conselheiros. Enfoca, que ao término da reunião, os conselheiros irão produzir uma nota sobre a posição do conselho em relação a greve para ser divulgada na Imprensa. José diz que espera a indicação do governo para formar essa comissão, indicação de dois nomes. Paulo consultará duas pessoas do Governo. José pontua que seria ideal convidar algum representante do Conselho da Pessoa Idosa, que pode ser provocado para saber como anda os encaminhamentos dentro da temática, ponto levantado pela Conselheira Maria de Lourdes por conta de caso de violação de direito com os idosos dentro dos coletivos. Ressalta a visita da Kátia Sena do grande Consórcio Recife onde ficamos a par de informações que antes eram desconhecidas. Paulo exhibe o relatório da gestão dos últimos 4 anos (assistência e direitos humanos), informa que não está concluído ainda, falta revisão final, e que vai mandar um exemplar para cada conselheiro. Ele utiliza o roteiro do plano

nacional de direitos humanos, os seis eixos do PNDH para fazer essa distribuição dos temas, segmentado pelos grupos vulneráveis: Gerência da Criança e do Adolescente, Gerência da Pessoa Idosa, Gerência da Pessoa com Deficiência, Igualdade Racial, Gerência da Livre Orientação Sexual. Afirma que existe uma série de outras ações, voltadas a cidadania formal: emissão de documentos, defesa e proteção, denúncias, situações concretas de violação, Direitos Humanos nos Bairros, capacitação dos servidores da PCR em parceria com a Escola de Governo com as temáticas que envolvem as Gerências acima citadas, Mediação de Conflitos, entre outras. Prepara como proposta para o próximo PPA/julho (Planejamento a médio prazo para os próximos quatro anos). Todos os programas e políticas tem que passar pelo conselho. Essa apresentação foi preparada para as novas secretarias executivas. Fala da importância da incorporação com duas novas políticas que dialogam com Direitos Humanos (Política sobre Drogas e Juventude) e o projeto agora é também integrar essas duas políticas nas nossas ações. José indaga aonde se encaixa o conselho nesse novo organograma. Paulo explica que os conselhos ficam vinculados a secretária Ana Rita Suassuna: São 9 conselhos e que o Conselho LGBT não foi criado ainda. O importante com essa apresentação é preparar o Conselho daqui pra frente, com mais consistência. Ivan Moraes pontua a respeito ao funcionamento da rádio Frei Caneca e da realização de audiência pública e informa que encaminhamentos foram feitos no que diz a respeito a questão do funcionamento da rádio, onde apresenta dois obstáculos: sua homologação que está no ministério das comunicações e a questão do financiamento. Ele sugeriu ao Diogo que fale com o prefeito para pedir crédito especial a Câmara e partir das emendas. Ele quer que a rádio seja um veículo para debates sobre as temáticas que englobam assuntos relacionados a direitos humanos.

W. Pastor

WELLINGTON PASTOR

Vice Presidência CMDH

Ana Lígia Vanderlei

ANA LÍGIA VANDERLEI

Secretária "ad hoc" CMDH